

Ensaio com os conceitos de política e polícia e as manifestações de junho de 2013 no Brasil¹

André Luiz Strappazon²
Apoliana Regina Groff³
Josiele Bené Lahorgue⁴

Resumo

Ancorados nos conceitos de política e polícia do filósofo Jacques Rancière, objetivamos, aos moldes de um ensaio, analisar, problematizar e propor algumas reflexões teóricas sobre aspectos das manifestações ocorridas no mês de junho de 2013 no Brasil. Trazemos neste texto algumas cenas, recortadas da multiplicidade dos acontecimentos que refletem as manifestações de junho de 2013 em nosso país, para tensionar as relações entre as manifestações e as mídias de massa, refletir sobre a produção do dissenso e dos processos de singularização e pensar sobre as possibilidades de reconfiguração do sensível e da experiência da política no contemporâneo.

Palavras-chave: política; polícia; manifestações; dissenso; Rancière.

Resumen

Anclados en los conceptos de política y policía del filósofo Jacques Rancière, propusimos, en el formato de ensayo, analizar, debatir y plantear algunas reflexiones teóricas sobre aspectos de las manifestaciones que tuvieron lugar en junio de 2013 en Brasil. Traemos en este texto algunas escenas, recortadas de la multiplicidad de lo que ocurrió en junio en nuestro país, para reflejar acerca de la relación entre los acontecimientos y los medios de comunicación, sobre la producción del dissenso y de los procesos de singularización y pensar la reconfiguración de lo sensible y la experiencia de la política contemporánea.

Palabras clave: política, policía, manifestaciones, dissenso; Rancière.

Abstract

Anchored in the concepts of “political and police” of philosopher Jacques Rancière, we aimed to analyze, discuss and propose some theoretical reflections about the demonstrations that occurred in June 2013 in Brazil. In this work, we bring some scenes extracted from the multiplicity of events that reflect the June protests in our country, to tension the relationship between the demonstrations and the mass media, reflect on the production of dissensus and processes of individualization, and think about the possibilities of reconfiguration of sensible and the experience of politics in contemporaneity.

Keywords: politic; police; protests; dissensus; Rancière.

¹ Recibido: 14 de marzo de 2014. Aceptado: 11 de julio de 2014.

² Mestre em Psicologia, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, na Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. andreluistra@gmail.com

³ Mestre em Psicologia, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, na Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Bolsista CNPq. poligroff@gmail.com

⁴ Mestre em Psicologia, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, na Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. psicojosi@gmail.com

Introdução

Este trabalho emerge de encontros com os textos do filósofo Jacques Rancière. Este autor tem nos interpelado, fazendo-nos pensar e problematizar diferentes experiências coletivas, movimentos sociais e acontecimentos contemporâneos que afetam contextos políticos e sociais no Brasil e em outros países. Não por coincidência no mês de junho de 2013 estudávamos alguns textos deste autor e, ao mesmo tempo, tentávamos analisar o que acontecia nas ruas de diversas cidades brasileiras e, em especial, nas ruas da cidade de Florianópolis/SC.

Não pretendemos analisar tudo aquilo que constituiu o conjunto dos acontecimentos de junho, tarefa esta que beiraria o impossível. Portanto, afirmamos que, qualquer compreensão que se faça daquele momento precisa considerar que as manifestações não ocorreram circunscritas apenas ao atual momento que vive o país e o mundo. Consideramos que são debitárias do histórico de discussões políticas e ações coletivas de anos anteriores, assim como seguem seu curso e carregam a possibilidade de trazer efeitos ainda inesperados.

É por meio do diálogo com a filosofia de Jacques Rancière e de algumas ideias de Félix Guattari, Sueli Rolnik, Peter PalPelbart e Ana Maria Fernández, que nos propomos a analisar o que muitos autores chamaram de as Jornadas de Junho (Maricato, 2013). O leitor irá encontrar no que segue tensionamentos entre as noções de polícia e política, dissenso e consenso; reflexões sobre a relação entre as manifestações e as mídias de massa⁵, sobre as possibilidades de reconfiguração do sensível e da experiência da política no contemporâneo.

O que objetivamos fazer, portanto, é refletir sobre o que nos passou nas manifestações de junho por meio do relato de algumas cenas. A escolha pela produção de cenas surge pela aproximação que Rancière (2011) faz entre política e teatro, pois tanto o teatro quanto a política são recriações da realidade à medida que reconfiguram o espaço e o tempo, modificam a linguagem comum, redistribuem os papéis e fazem circular novas visibilidades e audibilidades. Junto disso, também está a discussão que Rancière (2012) faz entorno do espectador emancipado que, segundo ele, ocupa um lugar de fronteira “entre os que agem e os que olham” (p. 23). A emancipação do espectador acontece pelo poder que ele tem de traduzir à sua maneira o evento do qual ele participa, interpretando com os recursos que lhe são possíveis e fazendo conexões singulares que de algum modo não se assemelha a nenhuma outra (Rancière, 2012).

Este ensaio engendra olhares de três espectadores-autores que recortam algumas cenas das manifestações de junho e de outras experiências que se relacionam com as referidas manifestações, para de algum modo dar sentido àquilo que passou e que nos passou. A recriação de cenas neste ensaio cumpre também a função de embaralhar a hierarquia que se possa interpor entre as manifestações e uma teoria que se distancia dos acontecimentos para pensá-los.

⁵ Compreende-se por mídias de massa os veículos de comunicação televisivos com sinal aberto, jornais e revistas periódicas de grande abrangência, que alcançam grande parte da população brasileira e reproduzem discursos hegemônicos.

As cenas que recortamos e rerepresentamos, expressam, sobretudo, uma ruptura com perspectivas que separam os que pensam daqueles que se manifestam. Buscamos em cada uma, nos colocar em cena enquanto espectadores, pensadores, pesquisadores e manifestantes, buscando instituir neste ensaio, a superação das dicotomias entre palco-espectador, teoria-prática, intelectual-militante e buscamos diluir o estatuto que diferencia estes lugares na produção de conhecimento.

A política e a polícia

Cena 1: Nos últimos dias de maio de 2005, quando se aproxima das 18h, aproximadamente cinco mil manifestantes tomaram as ruas de Florianópolis contra mais um dos aumentos do valor da tarifa do transporte coletivo. De frente ao terminal urbano de ônibus, pessoas contornam estes manifestantes com pressa, na intenção de entrar no mesmo e tomar o ônibus para casa. Enquanto circulam, alguns proferem frases de apoio e passam; outros ao passar, perguntam se vale mesmo à pena tanta bagunça por apenas alguns centavos. A forte repressão policial dissolve o movimento que aos poucos abandona a rua. O prefeito declara: “a situação precisa ser tratada de forma enérgica”⁶. O MPL de Florianópolis passa a ser referência nacional e outros grupos são criados em diversas cidades do país, sob a mesma pauta⁷. Novos aumentos de tarifa foram propostos nos anos seguintes a 2005 e as ruas foram tomadas por manifestantes cada vez mais organizados sob a bandeira do “Passe Livre”. O aparato da polícia – cercando e conduzindo as manifestações, algumas vezes em número maior que os manifestantes – torna-se cada vez mais especializado em reprimir as manifestações sob a ordem de manter o direito de ir e vir.

Para análise da cena relatada acima, é importante destacar que, o transporte coletivo urbano nas capitais do Brasil é um problema histórico que se expressa no aumento anual das tarifas sem, no entanto, refletirem na qualidade do serviço e na garantia do direito à mobilidade e à cidade. O aumento da tarifa em Florianópolis é quase sempre antecedido pelas greves de cobradores e motoristas – paralisações que em geral são focadas pela mídia a partir do dano que causam: o caos da cidade paralisada e os trabalhadores que ficam sem transporte para se deslocar de casa até o trabalho. O Movimento Passe Livre (MPL) tem ocupado as ruas da cidade de Florianópolis e de outras capitais, desde o ano de 2004, por conta destes problemas, com bandeiras de lutas pela “tarifa zero” e pelo direito à cidade.⁸

⁶ Ver documentário “Amanhã vai ser maior”, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=mq9iRlyz-7U>

⁷ No ano de 2005, ocorreu a Plenária de Fundação do MPL – Brasil no Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre. Nesse mesmo ano, novos protestos em Florianópolis barraram o aumento da tarifa novamente na cidade (Movimento Passe Livre, 2013).

⁸ Para saber mais sobre o Movimento Passe Livre ver: GOMES, Marcela de Andrade. Passe livre já: participação política e constituição do sujeito. Florianópolis, SC, 2008. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina
Ensaio com os conceitos de política e polícia e as manifestações de junho de 2013 no Brasil
André Luiz Strappazon, Apoliana Regina Groff & Josiele Bené Lahorgue

Consideramos importante também, para análise da Cena 1, a compreensão da reformulação do conceito de política proposta por Rancière (1996). Para este filósofo, o que hoje entendemos por política, “o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação desta distribuição” (Rancière, 1996, p. 372), ele propõe que se chame de polícia.

Cabe dizer que este ordenamento a que Rancière (2010) chama de polícia, não tem um valor pejorativo. A ordem policial não é uma instituição, mas um conjunto de instituições que trabalha para o ordenamento social em diferentes aspectos e na distribuição de papéis. Deste modo, a polícia se configura a partir de sofisticados meios institucionalizados, entre eles os meios de comunicação, educativos, econômicos, jurídicos, que fazem circular modos de existir, que dizem o que você pode ou não pode fazer (Rancière, 2010).

Já a política é o “conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia” por meio da pressuposição da “igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante” (Rancière, 1996, p. 372) tornando visível a hierarquia e a distribuição desigual de funções e de possibilidades de participação na gestão das questões da comunidade. É na oposição entre mundos que repousa o princípio fundamental, para este autor, que é o da igualdade. Como sendo um fator universal, a igualdade não é um valor que alguém cria ou faz aparecer ou disponibiliza, mas é um universal que pode ser verificado na política, pois é no ato político, segundo o autor, que se eliminam as desigualdades de poder, onde todos tem o mesmo lugar de fala e de visibilidade, onde todos são contados como fazendo parte do sensível.

Assim, a política acontece quando se está em um lugar fora de lugar, numa função inesperada, quando se ocupa e paralisa um espaço de circulação, se torna público algo até então privado e, com isso, engendra a verificação de uma igualdade que até então era vivida como desigualdade. A política, neste sentido, rompe com o ordenamento social ao desfigurar as hierarquias, os lugares e funções desiguais até então estabelecidas pela polícia.

A política não é em primeiro lugar a maneira como indivíduos e grupos em geral combinam seus interesses e seus sentimentos. É antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível (Rancière, 1996, p. 368).

É preciso, portanto, repensarmos as formas de compreensão das atividades políticas. Acostumamo-nos a compreender o consenso como um objetivo final a ser alcançado por meio de acordos democráticos. Contrariamente, Rancière compreende o consenso como:

a ideia de uma necessidade objetiva, a do desenvolvimento das forças produtivas, que impõe a coesão do corpo social e esvazia de sentido a concepção da política como escolha entre soluções alternativas. Sob o termo consenso a democracia é entendida como regime puro da necessidade econômica (Rancière, 1996, p. 367).

Para este autor o consenso é a própria transformação da política em polícia, pois marca o esquecimento do que é próprio da racionalidade política – o dissenso. Cabe ressaltar que o dissenso, também não é um simples conflito de interesses ou de valores entre grupos, mas a possibilidade de colocar em jogo formas diferentes de dizer, de fazer, de ocupar os espaços, de lidar com o tempo. Antes de tudo, o dissenso é o conflito sobre a configuração do sensível e que provoca uma ruptura nas formas sensíveis de organização da lógica e da estrutura de uma comunidade, opondo um mundo comum a um outro (Rancière, 1996; 2009).

Assim, este autor nos coloca como desafio pensar a política como instauração do dissenso, do litígio, em contraposição à moderna e liberal forma de fazer política hoje, que se legitima no consenso. Para ele, o consenso, deve ser compreendido para além de uma forma de governo, sendo considerado como um

acordo entre sentido e sentido, ou seja, entre um modo de apresentação sensível e um regime de interpretação de seus dados. Significa que, quaisquer que sejam nossas divergências de ideias e aspirações, percebemos as mesmas coisas e lhes damos o mesmo significado (Rancière, 2012, p. 67).

A política, portanto, fatura a polícia ao modificar o que se pode fazer e dizer, instituindo novas visibilidades, dizibilidades e uma verificação de igualdade nas relações que, por condição, são hierárquicas no campo da polícia. Com isso, instaura-se o dissenso e com ele uma partilha do sensível, que pode ser entendida como o “sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas” (Rancière, 2009, p. 15), ou seja, aquilo que institui uma comunidade e que pode ser compreendido como algo que é (com)partilhado ou dividido entre as partes.

A partilha do sensível reconfigura igualmente os espaços e funções e, ao mesmo tempo, reparte os direitos de cada um e de todos, criando outros modos de existir. A política produz litígio ao colocar em jogo os objetos que fazem parte ou não de um mundo comum, ao expor quais pessoas participam ou não deste mundo (Rancière, 2005).

No entanto, Rancière (1996) adverte que a política como dissenso é um ato precário. Ou seja, se dissipa em polícia rapidamente. Isso quer dizer que a política é uma atividade que não possui conteúdo, ela não possui normas ou algo que a sustente para além do próprio acontecimento em que o dissenso é produzido. A política não está a priori em lugar nenhum. Nada

possui como essência a política. Ao mesmo tempo, ela pode surgir como potência em qualquer lugar, em qualquer objeto ou ação.

Caberia, então, olhar para os efeitos que uma ação produz: ela interfere na organização da polícia? Desconstrói lugares de hierarquia? Mexe com as normas dos espaços? Pensando na cena descrita acima, poderíamos afirmar que as manifestações do MPL ocorridas em Florianópolis reconfiguraram a lógica instaurada nos debates sobre o direito a cidade?

Cabe-se salientar que, mesmo com as reivindicações do MPL, o transporte privado segue como um fetiche; as montadoras enchem as ruas e, nas principais cidades do Brasil, o trânsito lento passa a ser rotina. Em Florianópolis, as Pontes Colombo Salles e Pedro Ivo, que ligam a Ilha de Santa Catarina ao continente são um retrato diário das condições precárias de mobilidade urbana, da falta de um transporte coletivo e público de qualidade e da expressão da lógica individual de transporte. Como consequência destes elementos, todos os dias se criam filas enormes e lentas para entrar e sair da ilha.

No entanto, ao mesmo tempo, as discussões sobre mobilidade urbana levantadas pelo MPL aos poucos deixam de ser utopia, algo distante da população e dos governos e passam a tomar as ruas de diversas cidades brasileiras. “A cidade é usada como arma para sua própria retomada” (Movimento Passe Livre, 2013, p. 16) e, concomitantemente, a gestão privada do transporte é desnaturalizada pelas discussões que envolvem a mobilidade urbana e o direito à cidade.

Ao ocuparem as ruas e trazerem à tona o debate sobre o direito à cidade, “as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano” (Movimento Passe Livre, 2013, p. 16), estão engendrando fissuras no ordenamento social, fazendo da cidade palco das lutas para que possam ser vividas por todos que dela fazem parte. Mas é no encontro entre a política e a polícia que se interrompe uma lógica de viver este mundo como natural, provocando uma “modificação singular do que é visível, dizível e contável” (Rancière, 1996, p. 372) possibilitando o surgimento de outros mundos.

Relações entre política e mídia

Cena 2: São Paulo, início de junho de 2013. Manifestantes bloqueiam a Avenida Paulista e exigem a revogação do aumento de vinte centavos na tarifa do transporte coletivo. O trânsito é liberado baixo forte repressão policial. Nas mídias de massa os relatos focam os distúrbios provocados pelos manifestantes ao bloquearem uma das principais avenidas da cidade e os vidros quebrados nas estações de metrô. Sobram elogios à ação policial, com endosso do governador. Repórteres e colunistas tacham os manifestantes de “vândalos desordeiros”, “estudantes pequenos burgueses”, “rebeldes sem causa”. Nos dias seguintes as ruas viraram palcos de novas ações coletivas e o número de participantes aumentou gradativamente. A pauta

inicial do MPL é ampliada sob o signo de “não é só por vinte centavos”. As mídias de massa invertem seu discurso e os manifestantes passam a ser legitimados. Alguns colonistas chegam a se retratar publicamente afirmando que se equivocaram em suas leituras iniciais sobre as manifestações que ressoavam por todo o país. As mídias de massa fazem uma peneira na multiplicidade de reivindicações e passam a definir as pautas dos movimentos. Com isso, a pauta inicial – o debate sobre o direito à cidade – é pulverizada.

A relação entre política e mídia é uma velha conhecida das discussões que envolvem movimentos sociais e outras formas de ação coletiva. Comumente quando um movimento social questiona de forma incisiva a configuração desse real – vivido como natural – é reprimido ou anulado fisicamente pela força policial estatal e simbolicamente pelas narrativas que o acompanham nos meios midiáticos. Entendemos que todo discurso, e o midiático não escapa disso, possui posicionamentos axiológicos que produzem certos modos de dizer desde o lugar ocupado por aqueles que enunciam. Neste caso, os discursos dos grandes meios de comunicação em relação aos movimentos sociais no Brasil, ocupam historicamente um lugar que deslegitima as manifestações objetivando a manutenção do status quo.

As mídias de massa são entendidas aqui como mais uma das facetas que trabalham para manter a ordem configurada pela polícia, no sentido dado a esta por Rancière (1996). As narrativas em geral são impregnadas de diversos artifícios que distorcem ou mudam o foco das ações, das críticas e reivindicações levantadas pelos movimentos, quando não acabam por identificar ou criar lideranças para em seguida deslegitimá-las. Essa necessidade pela identificação é própria do sistema da polícia que se sustenta na lógica da identidade, pois, sem isso, a polícia perde seu poder de controle e de organização dos papéis e aquele que não é identificado escapa de certo modo do sistema.

Na grande maioria, o foco principal das reportagens acaba por tomar uma via unilateral que mostra os efeitos nocivos das ações coletivas na vida cotidiana da população. Esta inversão da lógica do discurso faz com que uma ação coletiva seja acusada de promover o problema que se tenta combater, como é o caso, das manifestações do Movimento Passe Livre. Este, costumeiramente, ao ocupar a rua é acusado de tirar das pessoas o direito de ir e vir, quando justamente é em favor desta pauta que se manifesta. Sob este artifício midiático, ocorre a tentativa de reconfigurar o dissenso provocado pelo movimento social e pela ação política, anulando-o em nome da ordem da polícia.

Os acontecimentos ocorridos nas ruas em junho de 2013 em São Paulo - vestíbulo das grandes manifestações que em seguida brotariam em grande parte do país – também foram abordados de modo semelhante. Um dos pontos mais emblemáticos e simbólicos que configuraram esta tentativa por parte do ordenamento da polícia de manter cada coisa em seu

lugar, foi a proposta do comentarista Eduardo Muylaert, no jornal da TV Cultura, cuja sugestão foi a de que os manifestantes deveriam ocupar o sambódromo para promover as suas ações, pois deste modo não atrapalhariam o trânsito em São Paulo. Na sequência, a Polícia Militar defende a criação de um “manifestódromo”, lugar exclusivo para manifestações⁹.

Esta ideia é, no mínimo, expressão do que sustenta a polícia, ou seja, é ela quem diz o que pode ser dito, visto e feito (Rancière, 2010). E isto é o que, talvez, mais nos provocou a escrever e a pensar sobre esta relação complexa entre a política e sua efemeridade, posto que rapidamente parece ser capturada pela polícia.

As mídias de massa procuraram, num primeiro momento, focar nos aspectos negativos que a manifestação provocava encobrendo o tema proposto pelo MPL em São Paulo. No entanto, esta mesma mídia, ao ver crescer o número de participantes e a proliferação de pautas, modifica sua narrativa sobre as manifestações sem, ao nosso olhar, deixar de enquadrar os acontecimentos que convém ao ordenamento da polícia. Essa inversão do discurso se apresenta, para nós, como uma possibilidade de reconfiguração do ordenamento, pois mesmo que considerem as manifestações como importantes para as mudanças sociais, elas norteiam quais mudanças deveriam ocorrer, deixando de lado o foco inicial das manifestações – o direito à cidade.

Essa inversão, foi possível de ser percebida na mudança de discurso¹⁰ do comentarista do Jornal da Globo¹¹, Arnaldo Jabor, que no quarto dia de protestos nas grandes capitais “compara as manifestações ocorridas em São Paulo com os protestos de organizações criminosas ocorridas na mesma cidade, que tinham como tática a queima dos coletivos urbanos” (Lahorgue, 2014, p. 123), afirmando ainda ser incoerente a pauta dos “20 centavos”, sendo que na sua interpretação “a grande maioria dos manifestantes é filho de classe média”. No dia seguinte, com a continuidade das manifestações, esse mesmo comentarista afirma que “a primeira vista, esse movimento parecia uma pequena provocação inútil que muitos criticaram erradamente, inclusive eu”¹². Para ele, “os revoltosos da classe média” transformaram-se em uma “juventude que estava calada desde 92, uma juventude que nascia quando Collor caía, acordou”. Assim, conforme afirmamos na Cena 2, o comentarista retrata-se publicamente e inverte o discurso midiático sobre as manifestações. Neste sentido,

Os discursos de Jabor revelam uma inversão na forma de noticiar os acontecimentos (...). Esta inversão se estendeu às ruas, pois ao mesmo tempo que o MPL avança na luta pelo transporte

⁹ Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/manifestodromo-libreria-vias-vitais-evitaria-caos-no-transito-9593073>. Acesso em 06 jun 2014.

¹⁰ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=luLzhtSYWC4>. Acesso em 12 jan 2014.

¹¹ O Jornal da Globo é veiculado diariamente no canal aberto da Rede Globo de Comunicações.

¹² Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=NbcuV5KHkBo>. Acesso em 12 jan 2014.

coletivo, outras bandeiras aparecem e tomam as ruas das cidades brasileiras (Lahorgue, 2014, p. 124).

A maioria dos grandes meios de comunicação fez uma peneira na multiplicidade de reivindicações, legitimando e dando visibilidade para umas, em detrimento de outras. A consigna “sem violência”, por exemplo, (re)produzida pelos manifestantes, foi criada de certo modo pelo discurso midiático, quando este passou a legitimar as ações coletivas pacíficas e a denegrir as ações que produziam danos ao patrimônio público ou privado, aqueles que atuavam de modo menos ordeiro, aqueles ditos violentos ou vândalos.

De todo modo, de forma pacífica ou de forma violenta, as ruas continuaram sendo ocupadas. As ruas se tornaram palcos de manifestações, de reivindicação de direitos, de lutas por transformação social, enfim, as ruas se tornaram o que elas não costumam ser. Na reconfiguração deste espaço, o dissenso foi produzido? Eis uma pergunta para nós complexa desde o olhar de Rancière. Para ele,

(...) o dissenso, antes de ser a oposição entre um governo e pessoas que o contestam, é um conflito sobre a própria configuração do sensível. Os manifestantes põem na rua um espetáculo e um assunto que não tem aí seu lugar. (...) O dissenso tem assim por objeto o que chamo o recorte do sensível, a distribuição dos espaços privados e públicos, dos assuntos de que neles se trata ou não, e dos atores que tem ou não motivos de estar aí para deles se ocupar. Antes de ser um conflito de classes ou de partidos, a política é um conflito sobre a configuração do mundo sensível na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos (Rancière, 1996, p. 373).

No rastro do significado de “não é só por 20 centavos”, brotaram as mais diversificadas pautas e a rua se tornou o lugar por onde se circula e discute diversas facetas e desejos de outro mundo possível. Por vezes conflitivas, por vezes consonantes, sob vários revestimentos, as vozes que antes estavam confinadas ou circunscritas a outros espaços, ou nem sequer eram ditas, encontraram-se e se expuseram em um único lugar topográfico: a rua.

Ainda que por um tempo efêmero, a participação política, agora de forma massiva, deixou de ser institucionalizada dentro dos moldes planejados pela polícia e passou a ser muito maior do que o que pode caber nas urnas dentro de certa periodicidade. Com o crescimento cada vez maior dos manifestantes nas ruas, aumentaram os conflitos entre eles e os meios repressivos do Estado, bem como as depredações de espaços públicos e privados. Além disso, o aumento exponencial de pessoas nas ruas, agora em diversas cidades do país, proporcionou uma participação espontânea e de certo modo desorganizada que fez com que cada um e cada uma fosse às ruas reivindicar aquilo que era de seu interesse e necessidade.

Pensar esses acontecimentos sob a ótica de Rancière é pensar nos encontros entre política e polícia. Poderíamos dizer que, o que antes era considerado ruído – a luta pelo direito à cidade – tinha como finalidade provocar o dissenso e reordenar o mundo sensível, torna-se o seu contrário: a polícia, que agora, através das mídias de massa, define quais serão as pautas que estarão nas ruas. Nas palavras de Rancière,

se a política é um desvio singular do curso ‘normal’ da dominação, isso quer dizer que está sempre ameaçada de se dissipar. Ora, a forma mais radical dessa dissipação não é o simples desaparecimento, é a confusão com o seu contrário, a polícia. O risco dos sujeitos políticos é confundir-se de novo com partes orgânicas do corpo social ou com esse próprio corpo (1996, p. 378).

Desde nossa perspectiva, esses acontecimentos configuram apenas mais uma forma de diluir a instauração da possibilidade do dissenso, abrindo uma perspectiva consensual que despotencializa a política. As manifestações passam a ser contadas, são reconhecidas nesse novo ordenamento social quando estão de acordo com as pautas que são propostas pelas mídias de massa e, continuam se configurando como badernas, quando lutam para que todos tenham direito de acesso à cidade em que vivem.

Reviravoltas entre dissenso e consenso

Cena 3: Vinte de junho de 2013 em várias cidades do país, desde as capitais até o interior, manifestações ocorrem simultaneamente reunindo milhares de pessoas. Até aonde sabemos, ninguém foi hostilizado por ocupar a rua e paralisar o tráfego. Porém, os manifestantes passam a ser divididos entre os “pacíficos” e os “vândalos”. Juntam-se também aqueles que “acordaram” e os que fazem questão de se diferenciar dos primeiros, afirmando que “nunca estiveram dormindo”. Em Florianópolis, nesse mesmo dia, uma boa parcela dos trabalhadores do comércio está ansiosa por participar da manifestação e alguns comerciantes liberam seus funcionários próximo ao horário de início da mesma, por volta das 17h. Cem mil pessoas nas ruas, uma imagem linda e ao mesmo tempo confusa devido às inúmeras frases e palavras de ordem que circulavam, que se encontravam e desencontravam: Passe livre já! Saúde e educação padrão FIFA! Vem pra rua porque a rua é a maior arquibancada do Brasil! Chega de corrupção! Fora Feliciano! Fora PEC 37! O gigante acordou! Sem violência, sem violência! CPI da Copa! Não basta ser diva, tem que manifestar! Fora Dilma! A manifestação mais gatinha do Brasil! Fora Rede Globo! Eu sou Brasileiro com muito orgulho com muito amor! Sem partido, sem partido! Ouviram do Ipiranga às margens plácidas... As pontes são ocupadas tranquilamente por milhares de pessoas por volta das 19h e com segurança policial.

No caso específico de Florianópolis, parar a cidade e ocupar as pontes e principais avenidas deixou de ser controverso. Destaca-se que uma das marcas do MPL em Florianópolis é a concentração em frente ao principal terminal de ônibus da cidade, o fechamento das ruas aos seus arredores, por vezes o fechamento da Avenida Beira Mar e o tão difícil fechamento das Pontes Colombo Salles e Pedro Ivo. Pode-se imaginar o que acontece quando um movimento social se propõe a fechar estas pontes e consegue este feito: a cidade para. Porém, o ato coletivo de fechamento das pontes é sempre fortemente repreendido e barrado pela força da polícia militar. Há na internet e nas redes sociais imagens e vídeos que mostram o que aconteceu em 2005 quando o MPL tenta fechar as pontes.

No entanto há um abismo na forma como foram significados os bloqueios das pontes e principais avenidas em 2005 e em 2013. Da indignação expressa em frases como “estão retirando meu direito de ir e vir por causa de apenas alguns centavos” – discurso sempre presente nas bordas das manifestações do MPL em anos anteriores – passou-se em 2013 a uma passividade concordante dentro dos carros paralisados em fileiras durante horas, além da massiva participação da população nas ruas e do auxílio da polícia militar para que tal ato fosse possível.

Além disso, em Florianópolis, as bandeiras vermelhas e até mesmo a bandeira do MPL, que sempre estiveram presentes nas manifestações dos anos anteriores, foram rechaçadas com gritos de “sem partido”. O grito por uma manifestação “sem partido”, tantas vezes repetido nas Jornadas de Junho, provocou dissensos se conectamos ao contexto de corrupção que envolve os políticos representantes do povo e seus partidos? No entanto, o “sem partido” carrega suas facetas escorregadias uma vez que poderia objetivar também uma unificação das ideias dentro da manifestação? Esse grito seria uma busca pelo consenso que visa “suprimir o povo dissensual da política pela população consensualmente gerida”? (Rancière, 1996, p. 380).

A partir daí, alguns aspectos podem ser pensados e problematizados: quando e como as manifestações são um problema para a polícia? As manifestações de junho de 2013 em Florianópolis, para sermos bem específicos, produziram dissensos? Que tipo de perturbações elas produziram na ordem social? Que mundos foram colocados em oposição?

Outros elementos se abrem para pensar a política a partir do acontecido no mês de junho: de um lado, o dissenso instalado nas ações iniciais e mantido por alguns movimentos sociais durante as manifestações; de outro, um consenso geral sobre a necessidade de se manifestar pacificamente sobre qualquer tema; de outro o conflito entre os próprios manifestantes. Perguntamo-nos então: quando uma manifestação ocupa um espaço como a rua com o aval da polícia ela produz dissenso? Quando há nesta manifestação diversas pautas, inclusive opostas entre elas, que tipo de litígio se instaura?

Dissenso e consenso se mesclam e borbulham. Ao mesmo tempo que a emergência e instalação de um dissenso mantido por movimentos sociais apresenta-se à rua, gesta-se um apelo que chama por um consenso sobre a necessidade de se manifestar pacificamente sem perturbação da ordem. Ao olharmos para as manifestações de longe, do alto, vemos que é forçada a percepção de uma mesma massa consensual, o que de certa forma foi o que a mídia em grande parte fez, sem deixar de atribuir sentidos para este consenso e até mesmo tentar produzi-lo. Ao nos aproximarmos desta massa, imaginando um zoom, vemos que dentro dela há várias perspectivas em conflito, das quais duas são dignas de nota pela sua notoriedade e possibilidade de síntese: “o gigante acordou” e “nunca estivemos dormindo”.

Para o caso de o “gigante acordou”, pensamos que o consenso pode esvaziar a política e, no caso particular do Brasil, de uma maneira muito peculiar: uma expressão que se assemelha ao ufanismo nacionalista-futebolístico junto com a ilusão de se estar manifestando politicamente. Os meios que sustentam a polícia agenciaram as diversas e por vezes conflitantes manifestações configurando-as na forma de um orgulho nacionalista e pacífico, ou seja, uma indignação controlada. Aqueles que afirmam “que nunca estiveram dormindo” reconhecem as lutas históricas dos diversos movimentos sociais e de luta por direitos que ocupam as ruas há anos, mas sempre são definidos como baderneiros que atrapalham o direito de ir e vir dos cidadãos “de bem”.

O consenso então “(...) pretende transformar todo litígio político num simples problema colocado à comunidade e aos que a conduzem” (Rancière, 1996, p. 378). Isso fica explícito ao observarmos que o Congresso Nacional, em forma de mutirão, vota às pressas diversas pautas: um projeto de lei que transforma corrupção ativa em crime hediondo; derruba a Proposta de Emenda Constitucional 37/2011 (PEC 37), que se referia a outorga de poder de investigação à Polícia Judiciária; aprova o projeto que define royalties do petróleo para a educação, entre outras. Bastou que isso acontecesse para que as ruas voltassem a ser um lugar de circulação, com cada coisa em seu lugar.

Em Florianópolis apenas o MPL permanece se manifestando pela Tarifa Zero e pela transparência nos processos de licitação, gastos e lucros com o transporte na cidade. Porém, não podemos deixar de olhar para estas votações como uma conquista das manifestações. Enquanto alguns voltam a dormir, outros ganham visibilidade porque permanecem nas ruas ou seguem na luta por outras pautas, enquanto há aqueles que escorrem por entre as fendas: “Anota aí: eu sou ninguém!”.

As manifestações em junho colocaram em evidência que o protesto feito pelas pessoas nas ruas é uma possibilidade de partilha do sensível (Rancière, 2005). Partilhar o sensível é bagunçar de certo modo os lugares e funções até então estabelecidas. Bagunça essa possível de perceber ao analisar que as ruas não foram ocupadas somente pelos tradicionais movimentos sociais, partidos e militantes, mas por trabalhadores e trabalhadoras de setores públicos, privados

e autônomos, por estudantes secundaristas e também universitários, por famílias com suas crianças.

Além disso, a multiplicidade de bandeiras que, por um lado pode parecer a “falência” de um modo de se manifestar, por outro criou um cenário político e estético que bagunçou teorias e teóricos. Provocou ruídos em certas tradições políticas, naqueles que “sempre estiveram acordados” e, de algum modo, re-partilhou os modos e as pautas do campo da política no contemporâneo.

Algumas considerações ou outros ensaios

Fernández (2011), ao analisar as experiências das fábricas sem patrão nos diz algo que auxilia-nos, enquanto psicólogos sociais, na leitura das manifestações de junho no Brasil:

Las transformaciones que se producen no son lineares sino que establecen múltiples derivas; por lo tanto nadie está en condiciones de anticipar hacia donde irán. Tampoco afectan a todos por igual. Se producen nuevas prácticas, algunos sentidos cambian pero también hay mucho que permanece (pp. 12-13).

Acreditamos que, na direção do que aponta a autora, as manifestações não tiveram um início, meio e fim. Além disso, obtiveram conquistas pontuais. Por outro lado fizeram circular afetos coletivos de indignação, de luta e de vontade de mudança. De algum modo, produziram uma memória coletiva de que é possível a qualquer um estar na rua porque este é um espaço que pode ser partilhado de forma comum, mais do que os espaços destinados à política como, por exemplo, a urna, o Senado, a Câmara Federal e Estadual, entre outros.

Produziram também fissuras na lógica da representação política e nos tempos que nos são dados para falar de política. A política enquanto tema, circulou pelas ruas, pelas escolas, nas redes sociais, nas diferentes formas de veiculação de informações nacionais, internacionais e esteve às voltas no mês de junho de 2013.

As manifestações foram um dispositivo de discussão de variadas pautas e fizeram com que muitos e muitas pensassem sobre o que estava acontecendo. Ao mesmo tempo que, nos parece, afetou de algum modo a vida de todos, uma vez que, mesmo que efemeramente, equiparou as vozes, redistribuindo-as na direção de produzir outras formas de estar no mundo, mais próximas de uma lógica (com)partilhada do que de uma lógica policialesca.

Além disso, Fernández (2011) nos faz olhar para isso tudo, de modo a não desvincular a política dos processos de subjetivação, posto que “se trata de pensar una dimensión subjetiva que se produce en acto y que construye sus potencias en su propio accionar” (p. 9). O que podemos pensar com esta autora é que a lógica da polícia tanto quanto a lógica do dissenso, de que trata Rancière, produz modos diferentes de subjetividade. Assim, cabe-nos olhar para os processos de

singularização como para os processos de massificação aí imbricados e perguntar até que ponto estes acontecimentos produziram singularizações (Guattari & Rolnik, 2010). Isto é, ocorreram apropriações inventivas que escaparam da lógica capitalística ou nas palavras de Rancière, da lógica da polícia?

Acreditamos que sim e que ao mesmo tempo muitos permaneceram submetidos à subjetividade capitalística, esta que serializa, identifica, normaliza e, fixados no que se pode fazer e dizer a partir da polícia (Rancière, 2010). Mas, como as singularizações não são individuais, pois acontecem emprestando, associando e aglomerando dimensões de diferentes espécies (Guattari & Rolnik, 2010), acreditamos que processos coletivos de subjetivação dissidentes foram produzidos e estão em curso a partir do surgimento de um sujeito político que se anuncia como potência de manifestação do litígio e de constituição de processos instituintes.

Como nos coloca Pelbart (2013)¹³, “não se trata apenas de um deslocamento de palco – do palácio para a rua –, mas de afeto, de contaminação, de potência coletiva. A imaginação política se destravou e produziu um corte no tempo político” e abriu perspectivas de novas leituras para o mundo que passa ao largo das inscrições policialescas, da mídia e dos setores conservadores da sociedade.

E uma vez que a política é definida por uma relação que só pode ser compreendida a partir dos seus efeitos e sempre na constituição de algo novo que surge de um “entre” que, ao fugir da identidade produz subjetivação, ficamos com um retrato capturado pelas palavras de Pelbart (2013) ao destacar o cartaz de uma militante que trazia a inscrição da frase “anota aí: eu sou ninguém”. Segundo nossa compreensão, mostra de forma emblemática a fuga de um lugar identitário, de fácil captura e gestão, simbolizando também que “os sujeitos políticos não existem como entidades estáveis. Existem como sujeitos em ato, como capacidades pontuais e locais de construir, em sua universalidade virtual, aqueles mundos polêmicos que desfazem a ordem policial” (Rancière, 1996, p. 378).

Seguindo os rastros destes ensaios, talvez, as questões aqui postas sejam: como criar dispositivos para que processos de singularização ou de dissenso estejam sempre se colocando e se recolocando? Como possibilitar e prolongar a experiência da política, como pensada por Rancière? Como intensificar a verificação das igualdades e sua concretização na vida comum?

Referências

- Fernández, A. M. (2011). Política y subjetividad: asambleas barriales y fábricas recuperadas. Buenos Aires: Biblos.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (2010). Micropolítica: cartografias do desejo (10 ed.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

¹³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/119566-quotanota-ai-eu-sou-ninguemquot.shtml>. Acesso em 06 mai 2014.

- Lahorgue, J. B. (2014). *Jovens, política(s), cidade(s): diálogos na urbe e suas (Im)possibilidades*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis.
- Maricato, E. et al. (2013). *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (1 ed.). São Paulo: Boitempo: Carta Maior.
- Movimento Passe Livre, S. P. (2013). Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: E. Maricato, C. et. al., *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (pp. 13-18). São Paulo: Boitempo: Carta Maior.
- Rancière, J. (1996). O dissenso. In: A. Novaes, *A crise da razão* (pp. 367-382). São Paulo; Brasília; Rio de Janeiro: Companhia das Letras; Ministério da Cultura; Fundação Nacional de Arte.
- Rancière, J. (2005). Política da Arte. *Revista São Paulo S.A.: práticas estéticas, sociais e políticas em debate*.
- Rancière, J. (2009). *A partilha do sensível: estética e política* (2 ed.). São Paulo: EIXO Experimental Org./Editora 34.
- Rancière, J. (Out de 2010). Nossa ordem policial: O que pode ser dito, visto e feito. (UDESC/CEART, Ed.) *Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas*, 1(15), pp. 81-90.
- Rancière, J. (2011). ¿Sociedad del espectáculo o sociedad del cartel? In: J. Rancière, *Momentos Políticos* (pp. 53-58). Madrid: Clave Intelectual.
- Rancière, J. (2012). *O Espectador Emancipado*. São Paulo: WMF Martins Fontes.